

**A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VIA EAD NO BRASIL<sup>1</sup>**

THE FINANCIALIZATION OF HIGHER EDUCATION THROUGH DISTANCE  
EDUCATION IN BRAZIL

LA FINANCIARIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR A TRAVÉS DE LA  
EDUCACIÓN A DISTANCIA EN BRASIL

Rhoberta Araújo Santana<sup>1</sup> 0000-0002-8881-0766  
Liana das Graças Costa de Medeiros Souza<sup>2</sup> 0009-0004-9294-6684  
Jailson Batista dos Santos<sup>3</sup> 0000-0002-5669-2566

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Paraíba, Brasil; rhoberta.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Paraíba, Brasil; liaracmedeiros@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Paraíba, Brasil; jaylsonbatsyta@gmail.com

**Resumo:**

A expansão da EaD, capitaneada pelos oligopólios educacionais, funciona como um mecanismo fundamental de reprodução ampliada do capital fictício. Fundamentado no referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), com ênfase nas categorias de contradição e mediação, este estudo teve como objetivo principal compreender de que forma a crescente expansão das matrículas em EaD, liderada pelas *holdings* Cogna Educação e YDUQS, se insere nas leis de movimento do capital na conjuntura atual. O trabalho utilizou como técnicas de pesquisa o mapeamento no catálogo de teses e dissertações da CAPES, a análise documental dos relatórios gerenciais das duas corporações (2019-2025), e dados do Censo da Educação Superior (2014-2024). Os resultados evidenciaram que a Cogna e a YDUQS utilizam a modalidade EaD como principal alavanca para a estratégia de crescimento de valor, priorizando modelos que oferecem maior retorno sobre o capital investido. Esse movimento materializa a contradição entre a educação como direito social e sua subsunção à lógica da mercadoria. Observou-se, ainda, o papel contraditório do Estado, que atua como operador sistemático da valorização do capital educacional ao financiar a mercantilização por meio de incentivos fiscais, a exemplo do ProUni, os quais se configuram, na prática, como transferências de fundos públicos para a receita privada. Ademais, a reestruturação e as aquisições constantes realizadas pelas duas *holdings* aumentam o número de matrículas na modalidade digital e favorecem o acesso aos benefícios fiscais, consolidando seu crescimento e lucratividade no setor.

<sup>1</sup> Esse texto compõe essa seção temática, que integra o Projeto de Pesquisa financiado pelo MCTI/CNPq – Edital n. 16/2004, intitulado *Educação Superior e os processos de privatização na América Latina*, coordenado pela professora Dra. Alda Maria Duarte Araújo Casto (UFRN/UFPB).

**Palavras-chave:** financeirização da educação; educação a distância; capital fictício; oligopólios educacionais.

**Abstract:**

The expansion of distance education (EaD), driven by educational oligopolies, functions as a fundamental mechanism for the expanded reproduction of fictitious capital. Grounded in the theoretical-methodological framework of Historical-Dialectical Materialism (HDM), with an emphasis on the categories of contradiction and mediation, this study primarily aimed to understand how the growing expansion of EaD enrollments, led by the holdings Cogna Educação and YDUQS, fits within the laws of capital movement in the current context. The research employed techniques such as mapping the CAPES database of theses and dissertations, documentary analysis of the managerial reports of the two corporations (2019–2025), and data from the Higher Education Census (2014–2024). The results showed that Cogna and YDUQS use the EaD modality as the main lever for value growth strategies, prioritizing models that offer higher returns on invested capital. This movement materializes the contradiction between education as a social right and its subsumption under the logic of the commodity. The study also observed the contradictory role of the State, which acts as a systematic operator of educational capital valorization, financing commercialization through fiscal incentives via ProUni, which, in practice, function as transfers of public funds to private revenue. Furthermore, the restructuring and constant acquisitions carried out by the holdings increase the number of digital enrollments and facilitate access to these fiscal benefits, consolidating their growth and profitability in the sector.

**Keywords:** financialization of education; distance learning; fictitious capital; educational oligopolies.

**Resumen:**

La expansión de la educación a distancia (EaD), liderada por los oligopolios educativos, funciona como un mecanismo fundamental de reproducción ampliada del capital ficticio. Basado en el marco teórico-metodológico del Materialismo Histórico-Dialéctico (MHD), con énfasis en las categorías de contradicción y mediación, este estudio tuvo como objetivo principal comprender de qué manera la creciente expansión de las matrículas en EaD, liderada por las holdings Cogna Educación y YDUQS, se inserta en las leyes de movimiento del capital en la coyuntura actual. La investigación utilizó como técnicas el mapeo en el catálogo de tesis y disertaciones de CAPES, el análisis documental de los informes gerenciales de ambas corporaciones (2019–2025) y datos del Censo de Educación Superior (2014–2024). Los resultados evidenciaron que Cogna y YDUQS utilizan la modalidad EaD como la principal palanca para su estrategia de crecimiento de valor, priorizando modelos que ofrecen un mayor retorno sobre el capital invertido. Este movimiento materializa la contradicción entre la educación como derecho social y su subsunción bajo la lógica de la mercancía. Además, se observó el papel contradictorio del Estado, que actúa como operador sistemático de la valorización del capital educativo, financiando la mercantilización a través de incentivos fiscales vía ProUni, que, en la práctica, funcionan como transferencias de fondos públicos hacia ingresos privados. Asimismo, la reestructuración y las constantes adquisiciones realizadas por las holdings aumentan el número de matrículas digitales y facilitan el acceso a estos beneficios fiscales, consolidando su crecimiento y rentabilidad en el sector.

**Palabras clave:** financiarización de la educación; educación a distancia; capital ficticio; oligopolios educativos.

## Introdução

As contradições do sistema do capital se agudizam neste primeiro quarto do século XXI, manifestando-se em distintos domínios da vida social por meio de táticas de hegemonia sofisticadas e internas, cujas consequências civilizatórias se refletem no presente e projetam-se para o futuro. As influências desses fenômenos nos processos de financeirização e mercantilização da educação superior no Brasil são o escopo desse trabalho, que investigou a relação contraditória entre a expansão da EaD no Brasil e os processos de financeirização da educação superior.

Parte-se do pressuposto de que a expansão da EaD, engendrada pelos oligopólios educacionais em atuação no país, funciona como um mecanismo fundamental de reprodução ampliada do capital fictício diante da tendência declinante da taxa de lucro enfrentada pelos investidores do setor. A financeirização, longe de ser um fenômeno isolado, é aqui entendida como um processo intensificado da mercantilização, uma etapa em que o campo educacional se apresenta como espaço fértil para a valorização de capitais especulativos, atraindo investimentos que buscam lucro imediato dissociado da realidade pedagógica (Ferrarez, 2021; Silva, 2021; Abrahão, 2022; Sousa, 2023).

Diante desse cenário de expansão mercadológica da EaD, torna-se fundamental recorrer ao referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético (MHD) para compreender as contradições subjacentes a esse processo por meio das categorias contradição e mediação. A dialética busca a “coisa em si”, para além da manifestação imediata e aparente dos fenômenos. Essa busca é o que Kosík (1969) chamou de “pseudoconcreticidade”. O “pensamento comum” capta o aspecto imediato do mundo das representações, escapando da estrutura interna da realidade. Apenas na unidade da essência e do fenômeno, no concreto pensado, ocorre a superação do “mundo fetichizado da aparência” e a apreensão do núcleo interno essencial das coisas (Kosík, 1969). Forças e interesses antagônicos pavimentam o chão da história, reposicionando disputas, tendências e correlações de forças no âmbito da totalidade social. Entender como isso acontece no processo de significativa expansão das matrículas em EaD, capitaneada pelas duas maiores *holdings* em atuação no mercado educacional brasileiro, é o objetivo deste trabalho.

Como técnicas de pesquisas foram realizadas: a) revisão da literatura acerca da temática da financeirização da educação e expansão da EaD publicados entre 2019 e 2024 no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), b) Análise documental dos relatórios gerenciais das duas principais *holdings* em atuação no Brasil (Cogna Educação e YDUQS). Essas fontes utilizadas neste estudo são fundamentais para a compreensão do processo de financeirização e expansão da EaD no Brasil, pois cada uma delas oferece uma perspectiva distinta, mas complementar, sobre o fenômeno investigado.

O texto está organizado em quatro seções: a primeira introdutória, delimita-se teórica-metodologicamente o trabalho, a partir da discussão das categorias financeirização e expansão da EaD na educação superior no Brasil. A segunda seção, analisa o *modus operandi* do Grupo Cognia Educação, a partir da análise documental dos relatórios gerenciais, indicadores de expansão das matrículas, segmentação e diversificação de produtos e serviços da companhia. Na mesma direção, a terceira seção, analisa os movimentos de corporativos de expansão da *holding* YDUQS, segundo maior grupo em operação no mercado da educação superior no país.

Por fim, as conclusões retomam a tese que o fenômeno da expansão das matrículas em EaD no Brasil, se situa na totalidade das leis de movimento do capital na atual quadra histórica, mediadas pelas crises de valor e pela queda tendencial da taxa de lucro. Em um momento de crise estrutural do capital, as frações da burguesia que controlam o capital educacional (ou capital fictício investido na educação) promovem a reestruturação do setor privado-mercantil. Esta se manifesta na reconfiguração da oferta educativa e na busca incessante por novos circuitos de valorização. A segmentação e a diversificação dos nichos de mercado, a adoção de novas arquiteturas organizacionais, associado ao intenso investimento em tecnologias educacionais são manifestações fenomênicas da financeirização da educação superior no Brasil.

### **A expansão da EaD: a unidade dos contrários da financeirização**

As crises são uma marca indelével do capitalismo, o caráter histórico e contraditório desse modo de produção promove movimentos sistêmicos de redução de danos, para manutenção da sua condição inegociável de hegemonia. “O processo de acumulação de capital exige, e até necessita das crises, para que o processo transcorra ao longo do tempo” (Carcanholo 2021, p. 3). Em um país periférico como o Brasil, situado em uma posição de dependência, esses processos guardam especificidades e, sobretudo, oportunidades para os extratos das burguesias nacionais e internacionais. Desde a década de 1990, o país submeteu-se a uma série de reformas no Estado e na economia, estratégias formuladas e implementadas para minimização dos efeitos da crise das décadas anteriores. A nova roupagem do capitalismo, à

brasileira, envolveu a redefinição do papel do Estado, a financeirização da economia e a flexibilização das leis de proteção ao trabalho e a previdência<sup>2</sup>.

Esse processo foi, em grande parte, liderado pelo Norte Global, composto por potências econômicas e militares que impõem os modos de organização e funcionamento nos países do Sul Global. Compreender como a expansão acentuada da EaD na Educação Superior conforma uma das expressões da crise estrutural e dos imperativos de acumulação do capital no contexto da formação social brasileira, marcada pela subordinação e pelas contradições inerentes ao capitalismo dependente é o fio condutor deste trabalho.

No âmbito das reformas neoliberais, o país transformou-se numa plataforma de valorização financeira do capital. A gestão do Estado e da economia instrumentaliza a financeirização. Dispositivos fiscais, monetários e normativos atuam para equilibrar as condições de ampliação do capital fictício, considerando as intempéries típicas da irracionalidade do sistema do capital. Austeridade fiscal, elevadíssimas taxas de juros, prioridade absoluta do pagamento da dívida pública, privatizações, terceirizações, arrocho salarial imposto à classe trabalhadora, indicam como a articulação entre Estado e capital é essencial para implementação de formas mais sofisticadas de extração de mais valor.

O capitalismo contemporâneo é marcado por intensa concentração e centralização de capitais monetários em busca de permanente valorização. A dominância do capital fictício, cujo valor é determinado exclusivamente pela expectativa de ganhos futuros e sem aparente correspondência direta com o capital produtivo, promoveu, nas últimas décadas, o reordenamento no funcionamento das empresas, do mercado de negociações de ativos financeiros e uma reconfiguração da estrutura industrial (Chesnais, 1998). A especulação, envolvendo a compra e a venda de títulos, torna-se a principal ferramenta para obtenção de lucros dos grandes investidores, atraindo uma gama de serviços e intermediadores financeiros (bancos, fundos de investimento, fundos de pensão, corretores).

[...] o aprofundamento dos processos de financeirização, que a própria liberalização das finanças promove em escala global, tem aumentado a frequência das crises bancárias e financeiras e impedido as economias de alçarem trajetórias sustentáveis de alto crescimento com distribuição equitativa da renda. Diferentemente do que ocorre com os mercados de produtos, cuja demanda varia inversamente com os preços de venda – nos mercados financeiros, quando os preços sobem, a demanda por ativos também sobe. Por exemplo, a subida dos preços das ações estimula a sua compra e a demanda por esses ativos cresce. Isso significa que as posições de equilíbrio desses mercados de ativos financeiros, tão caras aos economistas, frequentemente encontram-se no limite do estouro das bolhas especulativas e das crises financeiras de alta intensidade, como a crise americana atual, e então já é tarde demais (Bruno, 2011, p. 4).

---

<sup>2</sup> Emenda Constitucional nº 20/1998; Emenda Constitucional nº 041/2003; Emenda Constitucional nº 47/2005; Lei nº 12.618/2012; Lei nº 13.183/2015; Emenda Constitucional nº 103/2019.

Crises sistêmicas, com efeitos nefastos para os trabalhadores, caracterizam as economias financeirizadas, a exemplo do Brasil. Nas últimas décadas, o país tem enfrentado, crises no campo econômico, social e político, com o reposicionamento das forças e blocos no poder. As ações engendradas pelo Estado e pelo mercado seguem asfixiando a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, compelida a reprodução da sua existência sob condições precárias e incertas.

O fenômeno da financeirização não se restringe às economias, diversamente, ele incide na sociedade como um todo, inclusive nas políticas sociais, a exemplo da educação. A financeirização ocupa lugar destacado na educação superior no país, com um sistema altamente privatizado, oligopolizado e mercantilizado. Contraditoriamente, o Estado, atua como indutor dessa expansão, por meio de políticas de financiamento e desregulamentação, garantindo as condições para a continuidade e expansão dessa forma particular de mercantilização da educação. Depreende-se, portanto, que a formação humana dos trabalhadores está subordinada aos imperativos do mercado e à lógica da acumulação burguesa.

Os efeitos da financeirização na educação superior têm instrumentalizado profícuos estudos no debate acadêmico. Chaves (2020), Blandy e Dowbor (2022), Guimarães e Araújo (2024). As investigações identificam as seguintes macrotendências: a) intensa oligopolização do setor; b) o fundo público utilizado como recurso decisivo da financeirização, notadamente, na fase de consolidação dos conglomerados; c) crescente endividamento dos estudantes e das famílias para financiamento dos custos da formação; d) precarização do trabalho docente e da qualidade da oferta; e) plataformização da educação, e f) expansão dos cursos em EaD, como estratégia corporativa para recomposição das taxas de lucro. Nesta seção, será tratada, sucintamente essa última dimensão.

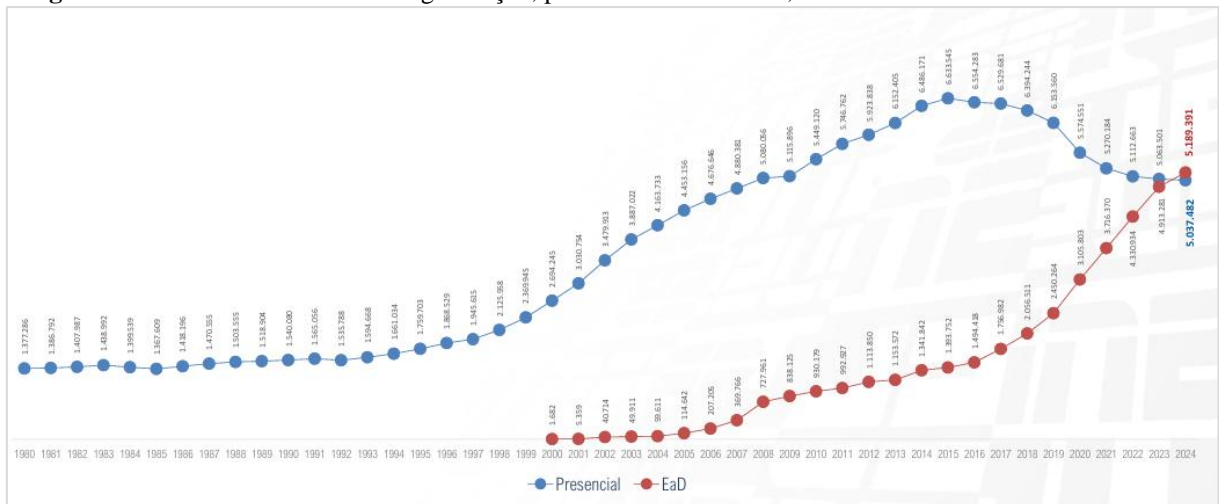
A expansão da modalidade em EaD no Brasil deve ser compreendida no contexto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que controla e racionaliza o conjunto das relações sociais. A formação da classe trabalhadora é duplamente subsumida: ela se apresenta, simultaneamente, como um insumo econômico essencial à manutenção da estrutura de acumulação do capital e como uma mercadoria em si, plenamente operacionalizada sob a égide da lógica concorrencial do mercado. No primeiro plano, essa formação articula-se ao discurso ideológico de que é um fator indispensável ao incremento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, à intensificação da extração de mais-valor. No segundo plano, o trabalhador, imerso na ideologia dominante e convencido da necessidade de investir em “capital humano” para garantir sua inserção (ou manutenção) no mercado de trabalho, é levado a alienar

parte de sua renda na aquisição dos serviços educacionais formatados e mercantilizados pelo setor privado-mercantil.

Os dados do Censo da Educação de Superior indicam um cenário de acelerada expansão dos cursos e matrículas na modalidade em EaD no país. Isto ocorreu em um espaço temporal, relativamente curto, considerando que a tendência de expansão começou a se evidenciar em 2006. Neste ano, foram registradas 4.676.646 matrículas em cursos de graduação presenciais e 207.206 em cursos de graduação na modalidade em EaD, a razão entre as duas modalidades era de 22,57, ou seja, para cada matrícula em EaD, havia 22,57 matrículas presenciais (Brasil, 2025a).

A evolução das matrículas no ensino superior brasileiro ao longo das últimas décadas pode ser observada na Imagem 1, a seguir, que detalha a distribuição entre as modalidades de ensino de 1980 a 2024.

**Imagem 1** - Número de matrículas na graduação, por modalidade ensino, Brasil 1980-2024



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2024

De 2006 a 2024, observa-se um crescimento exponencial das matrículas EaD no país, com uma razão de 1,029. Em 2024, as matrículas nos cursos presenciais foram superadas pelas matrículas nos cursos em EaD, com uma vantagem de 144.909 para última modalidade. No mesmo ano, 93,8% dos ingressos e 91% das matrículas do setor privado ocorreram em cursos de EaD. Diversamente, no setor público 26,2% dos ingressos e 21,3% das matrículas aconteceram na mesma modalidade.

Compreende-se a expansão acentuada da EaD na educação superior no Brasil, a partir da articulação imbricada do Estado e capital. Como mediador e articulador dos interesses do mercado e coordenador das macropolíticas educacionais. O Estado garante as condições de

legitimidade, condições regulatórias e financeiras para o aperfeiçoamento das formas de extração de mais-valor do capital educação.

Conforme ilustrado no Quadro 1, a seguir, explicitam-se as medidas convergentes entre Estado e mercado para a expansão da EaD.

**Quadro 1** - Estado e Mercado: medidas convergentes para expansão da EaD na educação superior no Brasil

<b>ATORES</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>MEDIDAS</b>
<b>ESTADO</b>	<b>Financiamento</b>	PROUNI e FIES
	<b>Desregulação e flexibilização das normas</b>	LDB (Lei nº 9.394/1996); Decreto nº 5.622/2005; Decreto nº 9.057/2017; Portaria Normativa MEC nº 11/2017
	<b>Equivalência de diplomas</b>	Reconhecimento jurídico da equivalência dos diplomas EaD e presenciais
<b>MERCADO</b>	<b>Redução de custos operacionais</b>	Reconfiguração de cursos e currículos, redução de corpo docente e infraestrutura física, investimento em plataformas educacionais
	<b>Segmentação do público Capilaridade e interiorização</b>	Captação de estudantes de áreas remotas (especialmente trabalhadores); expansão de polos nas regiões Norte e Nordeste; diversificação das sub-modalidades de cursos
	<b>Fusões e aquisições</b>	Aquisição de instituições menores por grandes grupos privados, concentração de matrículas e padronização da oferta (oligopolização)
	<b>Tecnologias em educação</b>	Investimento massivo em plataformas de aprendizagem e infraestrutura tecnológica. Inteligência Artificial
	<b>Publicidade</b>	Investimento em marketing em redes sociais e TV aberta, com uso de celebridades

Fonte: elaborado pelos(as) autores(as).

Evidencia-se, portanto, que o fenômeno da expansão da EaD nas últimas duas décadas no Brasil é resultado de ações imbricadas entre Estado e mercado, engendrando disputas intra e interclasses. Esse processo é pavimentado por movimentos de avanços, recuos e correlação de forças, na qual o Estado, com sua capacidade reguladora, fiscalizadora, avaliadora e financiadora é um espaço central. A correlação de forças é uma espécie de termômetro das lutas de classes em determinado tempo histórico, sinalizando para capacidade organizativa dos

trabalhadores na disputa do conteúdo e forma das agendas e pautas educacionais em curso no país.

Vale destacar que o Decreto nº 12.456/2025 que institui a Nova Política de EaD, sinaliza para medidas de maior controle sobre a modalidade, pode ser entendido como elemento de mediação da disputa em torno das políticas de educação superior no Brasil (Brasil, 2025b). O ato normativo proíbe a oferta 100% a distância para novos alunos em cursos específicos (Medicina, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Direito e Licenciaturas) e determina que a modalidade em EaD deve ter, no mínimo, 10% de atividades presenciais obrigatórias para cursos não ligados ao Sistema Confea/Crea (Brasil, 2025b). Articulado ao referido decreto, a Portaria MEC de nº 381/2025 e a de nº 506/2025, estabelecem regras de transição e detalhes operacionais para a aplicação do Decreto nº 12.456/2025, definindo os cursos que deixarão de ser ofertados na modalidade 100% EaD (Brasil, 2025b). Considerando essas medidas regulatórias, é possível analisar como, em paralelo, o processo de expansão da EaD continua a se concretizar nas duas maiores *holdings* em operação no mercado educacional brasileiro, Cogna Educação e YDUQS, evidenciando a articulação entre políticas públicas, interesses corporativos e estratégias de valorização do capital educacional.

A Cogna e a YDUQS retomaram, em 2025, as negociações de fusão. Em maio de 2025, os presidentes dos conselhos de administração, Rodrigo Galindo (Cogna) e Juan Pablo Zucchini (Yduqs), reuniram-se para discutir formalmente a união das operações. As tratativas começaram em 2017, mas não avançaram devido às barreiras antitruste do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), vinculado ao Ministério da Justiça. Os impasses atuais se concentram na maior diversificação de ativos da Cogna, que opera na educação básica por meio da Vasta, enquanto a Yduqs tem demonstrado resistência na aquisição desses ativos. O CADE deve estabelecer condicionantes no processo de fusão, considerando tanto o volume de participação dos grupos nas matrículas da educação superior quanto os valores de mercado.

No cenário do EaD em 2025, a Cogna lidera em volume de matrículas (998 mil alunos), seguida pela Vitru (906 mil) e pela Uninter (600 mil), com a Yduqs (524 mil), Cruzeiro do Sul Educacional (401 mil) e UNIP (Universidade Paulista) (236 mil). Juntos, esses seis grupos concentram 85% das matrículas na modalidade EaD no mercado educacional brasileiro. A oligopolização da oferta de educação superior no Brasil é evidenciada no gigantismo dessas corporações. As especificidades dos grupos Cogna e YDUQS serão analisadas nas seções seguintes.

## A expansão da Cogna Educação no movimento da financeirização

O processo de expansão da Cogna Educação no ensino superior, especialmente por meio da EaD, deve ser compreendido no contexto das contradições e mediações que o atravessam, pois expressa uma forma específica de reprodução ampliada do capital. Nesse movimento, a valorização da empresa não se sustenta primordialmente na produção direta de valor educativo, mas na antecipação e na capitalização de fluxos futuros de receita, articuladas à apropriação sistemática de recursos públicos. Tais determinações configuram, no interior do campo educacional brasileiro, uma das manifestações mais evidentes do capital fictício, no qual a valorização se dissocia progressivamente da base material do trabalho vivo, operando por meio de mecanismos financeiros, jurídicos e estatais que asseguram sua sustentação e expansão contínuas.

A Cogna Educação figura entre as cinquenta maiores corporações do setor educacional global, com um perfil corporativo estruturado em quatro empresas de atuação complementar: Kroton, Vasta, Saber e Platos (Cogna Educação, 2025). Sua trajetória de expansão foi marcada por movimentos estratégicos decisivos, começando pela aquisição da União de Ensino Unopar em 2011, que acelerou substancialmente sua digitalização (Cogna Educação, 2025). O marco transformacional, entretanto, ocorreu em 2014, com a incorporação da Anhanguera Educacional, consolidação que projetou o grupo para o patamar de liderança no ensino superior (Cogna Educação, 2025). Essa nova escala de atuação levou, em 2019, à adoção da razão social “Cogna Educação S.A.”, reposicionando a empresa como o maior grupo do país em número de matrículas nos cursos de graduação, com predominância expressiva da modalidade EaD em relação ao ensino presencial tradicional (Cogna Educação, 2025).

A expansão da base de alunos em EaD constitui a principal alavanca da estratégia de geração de valor da Cogna, uma vez que prioriza modelos de negócio *asset light* (ativos leves), os quais apresentam maior potencial de crescimento e retorno sobre o capital investido (Cogna Educação, 2025). Os relatórios institucionais do grupo, referentes ao período de 2019 a 2025, atestam a consolidação quantitativa da EaD como eixo central de sua acumulação. Essa trajetória é evidenciada pela evolução anual da base de alunos da graduação, conforme sintetizado na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1** - Evolução anual da base de alunos de Graduação no Ensino Superior (2019–2025):

Ano	Presencial	EaD	Total
2019	321.371	459.025	<b>780.396</b>
2020	229.440	540.626	<b>770.066</b>
2021	186.642	617.502	<b>804.144</b>
2022	N/A (AP: +8,4% A/A) <sup>3</sup>	N/A (BP: +13,3% A/A)	<b>896,5 mil</b>
2023	N/A (AP: +6,7% A/A)	N/A (BP: +6,3% A/A)	<b>954,1 mil</b>
2024	N/A (+9,4% 1S24)	N/A (+13,0% 1S24)	<b>Mais de 1,0 milhão</b> (+10,5% A/A)
2025	N/A (+10,9% Cap. 1S25)	N/A (-0,3% Cap. 1S25)	<b>Mais de 1.200 mil</b> (+5,4% A/A)

Fonte: Demonstrativos Financeiros e Relatórios do Auditor Independente (2019-2025).

Vale destacar que, a partir de 2022, a Cogna passou a substituir, em seus relatórios corporativos, as categorias “Presencial” e “EaD” por “Alta Presencialidade (AP)” e “Baixa Presencialidade (BP)”, passando a divulgar prioritariamente variações percentuais de crescimento, captação e base total de estudantes, ao mesmo tempo em que reduz a transparência quanto aos números absolutos por modalidade. Essa mudança ocorre no período pós-pandêmico, marcado pela retomada do crescimento da Companhia, o que sugere uma estratégia de comunicação financeira voltada à valorização dos ativos e à atração de investidores. Ao enfatizar taxas de crescimento e indicadores prospectivos, a empresa busca evidenciar a expansão de sua base de clientes, particularmente na EaD, associada à redução estrutural de custos operacionais, como infraestrutura física e força de trabalho docente. Nesse sentido, a ocultação dos dados absolutos e a centralidade conferida aos indicadores percentuais expressam uma racionalidade financeirizada, na qual a expansão do mercado educacional e a compressão de custos assumem papel central na dinâmica de valorização do capital, aproximando-se do que Marx (2013) denomina reprodução ampliada do capital fictício, caracterizada pela primazia de expectativas de rentabilidade futura sobre a materialidade imediata do processo produtivo.

Entre 2019 e 2021, observa-se uma inflexão no padrão de expansão do ensino superior da Cogna, com forte retração das matrículas presenciais, que caem de 321.371 para 186.642 alunos, e crescimento contínuo da EaD, que se eleva de 459.025 para 617.502 matrículas. Esse movimento não se reduz a uma oscilação conjuntural nem expressa uma contradição simples entre educação como direito social e educação como mercadoria. No contexto do Estado neoliberal brasileiro, marcado por disputas internas e hegemonia dos interesses do capital, a expansão da EaD privada revela uma forma de garantia do direito à educação mediada pelo

<sup>3</sup> N/A (Não Divulgado) indica que o valor absoluto não foi fornecido diretamente. +8,4% A/A (Ano contra Ano) significa que o indicador (provavelmente a Receita Líquida ou uma métrica financeira-chave associada ao segmento AP) cresceu 8,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

mercado, coerente com os processos de privatização e financeirização do ensino superior, ainda que atravessada por tensões e iniciativas contra-hegemônicas.

A partir de 2022, quando o total de alunos ultrapassa 896 mil e alcança mais de 1,2 milhão em 2025, o crescimento passa a ocorrer quase exclusivamente pela modalidade de EaD, cuja expansão anual mantém-se sistematicamente superior à do ensino presencial. Tal movimento expressa uma tendência objetiva de reorganização do investimento do capital em direção aos segmentos de maior rentabilidade e menor custo operacional, na qual, sob a lente analítica marxiana, a EaD se converte em plataforma privilegiada da extração de mais-valor.

Ademais, a expansão da EaD, simultânea ao encolhimento do ensino presencial, revela a substituição progressiva do modelo formativo baseado no trabalho docente vivo por um modelo industrializado, de alta escala e baixo custo, funcional à racionalidade da valorização do capital. Essa contradição não se realiza de forma imediata, mas por meio de múltiplas mediações historicamente determinadas, entre as quais se destacam a plataformização da educação, que submete práticas formativas a modelos digitais estruturados pela lógica empresarial e pela automatização (Vian, 2024); a expansão seletiva e territorialmente direcionada da oferta, baseada em estratégias de capilarização em regiões de menor poder aquisitivo (Scudeler, 2022); e a intensificação da precarização do trabalho docente (Araújo, 2023), acompanhada do rebaixamento estrutural da qualidade do ensino (Costa, 2023).

Aos elementos supracitados soma-se a atuação do Estado brasileiro enquanto mediador e operador da hegemonia do capital no campo educacional. Longe de se orientar historicamente pela consolidação de um Estado de bem-estar social ou pelo fortalecimento universal da educação pública, o Estado no Brasil tem desempenhado um papel central na ampliação da cobertura do ensino superior por meio da expansão do setor privado, reduzindo seus custos diretos de investimento e criando condições favoráveis à acumulação privada. Essa dinâmica se expressa de forma particularmente evidente nas isenções fiscais concedidas no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni), que não se configuram apenas como política de inclusão educacional, mas como um mecanismo estruturado de transferência do fundo público para o setor educacional privado.

As instituições de ensino superior controladas pela Cogna estão formalmente inseridas no ProUni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, que prevê a concessão de isenções de tributos federais, como PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em contrapartida à oferta de bolsas de estudo integrais e parciais destinadas a estudantes de baixa renda (Cogna Educação, 2025). Nos relatórios corporativos mais recentes, a Companhia destaca que a vigência desse marco legal se estende até 2032, com possibilidade de renovação por mais dez anos, informação que cumpre

uma função estratégica de sinalização ao mercado financeiro, ao indicar previsibilidade regulatória e estabilidade na transferência indireta de recursos públicos ao setor privado (Cogna Educação, 2025). Tal ênfase reforça que esse mecanismo não opera de forma conjuntural, mas constitui um dispositivo estrutural de sustentação estatal à valorização do capital no ensino superior privado.

A Tabela 2, a seguir, sistematiza os valores anuais consolidados referentes aos benefícios fiscais concedidos às empresas controladas pela Cogna por meio do ProUni, expressos em milhares de reais, relativos ao período de 2019 a 2024, bem como os registros parciais referentes a 2025.

**Tabela 2** - Benefícios fiscais concedidos via ProUni (2019-2025)

Ano	Valor do Benefício (R\$ '000)	Período de Comparação (A/A)	Varição Anual Consolidada
2019	340.569,00	R\$ 614.366 (31/12/2018)	N/A (- 44,6% vs 2018)
2020	140.034,00	R\$ 340.569 (31/12/2019)	-58,8%
2021	122.821,00	R\$ 140.034 (31/12/2020)	-12,3%
2022	217.292,00	R\$ 122.821 (31/12/2021)	+76,9%
2023	322.009,00	R\$ 217.292 (31/12/2022)	+48,2%
2024	403.918,00	R\$ 322.009 (31/12/2023)	+25,4%
2025 (Parcial)	216.790,00 (Acumulado até 30/06/25)	R\$ 208.070 (30/06/2024)	+4,2% (no semestre)

Fonte: Demonstrativos Financeiros e Relatórios do Auditor Independente (2019-2025).

A evolução dos benefícios fiscais auferidos pelas controladas da Cogna expressa, em sua forma fenomênica, as inflexões estratégicas do capital educacional em sua relação com o Estado e com os diferentes regimes de política pública, revelando o movimento contraditório entre crise, reestruturação e recomposição ampliada da acumulação. No período analisado (2019-2021), observa-se uma redução drástica do benefício fiscal, justamente no contexto em que a Companhia buscava diminuir sua dependência do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), enfrentava os impactos da crise econômica e sofria os efeitos do aumento da evasão no ensino presencial, momento em que se agudizam as contradições entre capital e trabalho e se intensifica a tendência de desvalorização do capital investido (Araújo; Jezine, 2021).

Contudo, a partir de 2022, opera-se uma inflexão significativa, com a retomada e posterior aceleração dos valores das renúncias fiscais, que registram crescimentos expressivos em 2022 e 2023, coincidindo com a reorientação estratégica da Cogna em direção à chamada “Baixa Presencialidade” e à ampliação da captação via bolsas; o que demonstra como o capital cria novas estratégias e age por dentro do Estado para sua expansão e acumulação. Essa simultaneidade não é casual, mas exprime uma mediação concreta entre fundo público e valorização privada, na qual a política educacional passa a operar como sustentáculo indireto

da recomposição da taxa de lucro. Nesse processo, a manutenção histórica de um contingente de estudantes bolsistas superior ao mínimo legalmente exigido converte-se em mecanismo ativo de ampliação da renúncia fiscal apropriada pela Companhia. O fato de tais valores serem contabilizados, nos demonstrativos financeiros, como dedução da receita bruta explicita sua natureza de transferência direta de fundo público para a receita privada, evidenciando a subsunção da política social à lógica da acumulação; lógica própria de como a hegemonia do capital do setor privado pauta a agenda de educação do Estado.

Portanto, como observado, os dados demonstram que a EaD não é apenas uma modalidade pedagógica em expansão, mas um dispositivo central da acumulação capitalista no setor educacional. Sua expansão, no período analisado, materializa a transformação da educação superior em uma fronteira estratégica da reprodução ampliada do capital sob dominância financeira, confirmando seu papel como mediação entre educação, oligopolização e capital fictício. Nesse processo, o Estado atua como operador sistemático da valorização do capital educacional, o que contradiz seu papel de garantidor universal do direito à educação. Assim, após examinar a Cogna como exemplo da financeirização no setor, a próxima seção analisará a YDUQS, que, por meio de sua expansão via EaD, reforça as mesmas dinâmicas de acumulação capitalista e oligopolização da educação superior.

### **A expansão da YDUQS no cenário da financeirização via EaD**

O crescimento do Grupo YDUQS no ensino superior brasileiro deve ser compreendido à luz das contradições estruturais do capital educacional, no qual a reprodução ampliada se articula tanto à acumulação privada quanto à mediação estatal. Trata-se de uma das maiores organizações privadas de ensino superior, inicialmente denominada “Estácio Participações”, adotou a denominação atual em 2019. Atua nos segmentos, entre outros, de graduação, de pós-graduação, do ensino técnico, nas modalidades de ensino presencial e de EaD, reunindo marcas amplamente reconhecidas, como Estácio, IBMEC, Damásio Educacional entre outras. A YDUQS tem forte presença nacional, com polos de EaD em todas as regiões do país e mais de um milhão de alunos. É uma das maiores companhias do setor educacional brasileiro, ao lado da Cogna Educação.

Cabe explicitar que a Companhia Controladora ou  *Holding* (YDUQS Participações S.A.) não é uma instituição de ensino. O Grupo é vasto, compreendendo dezenas de empresas do setor educacional (de nível superior e de educação profissional) denominadas “controladas”.

Essa definição é especialmente importante para analisar o indicador financeiro, pois há uma diferença importante no tratamento fiscal entre a *holding* e as operacionais. A YDUQS Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do ProUni e apura os tributos federais normalmente. As controladas operacionais, ao contrário, utilizam os critérios do ProUni que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais.

Nesta análise, assim como fizemos na discussão sobre a Cogna, centraremos a caracterização e a análise da YDUQS a partir das categorias do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), buscando ir além da aparência do fenômeno. Partiremos, portanto, de três eixos principais interligados: a) reestruturação e crescimento via aquisições; b) número de matrículas por modalidade (presencial e EaD) e por segmento; c) dimensão financeira, com foco nos incentivos fiscais em nível federal.

Os dados foram extraídos a partir dos relatórios trimestrais de prestação de contas destinado aos administradores e acionistas da companhia, aos órgãos de governança interna (conselho de administração e conselho fiscal); e que, sobretudo, atendem a normas do CVM (Comissão de Valores Mobiliários) órgão regulador, vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável por estabelecer e fiscalizar as normas que regem a elaboração e apresentação das informações financeiras de companhias abertas no Brasil, a exemplo dos grupos analisados neste estudo.

Como observado nos relatórios da *holding* analisada, tanto sob o aspecto da captação do número de alunos, quanto acesso a formas de apoio e incentivo público, o crescimento é, em grande parte, oportunizado pelas diversas aquisições, a Companhia administra suas operações financeiras de forma consolidada, e reestruturações mais do que simplificar e unificar as controladas, permitem maior acesso aos incentivos como o ProUni.

As aquisições não ocorrem de forma direta pela companhia controladora; a própria controlada (empresa do setor educacional) frequentemente atua como incorporadora de outras grandes empresas dentro do grupo. Um exemplo disso foi a incorporação da YDUQS Participações 2 Ltda. (ADTALEM) em janeiro de 2022 por uma das principais controladas da YDUQS Participações S.A.: a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (SESES). O Grupo YDUQS realiza reestruturações societárias constantes (Yduqs, 2025). Os relatórios analisados detalham diversas incorporações, nas quais várias empresas foram absorvidas por suas controladoras diretas ou indiretas.

A companhia atua como gestora estratégica e financeira, detendo o controle total das subsidiárias operacionais, utilizando a consolidação contábil para apresentar a performance do grupo de forma unificada, enquanto movimentava recursos internamente para garantir a liquidez e o cumprimento de obrigações em todas as entidades. A relação entre as controladoras e suas subsidiárias é de controle e subordinação total, sendo estas responsáveis pelas operações de ensino propriamente ditas. Essas aquisições evidenciam o tamanho e a influência desses oligopólios no setor educacional, que reúne centenas de empresas, todas com o objetivo de obter cada vez mais lucro. O aumento no número de aquisições resulta, conseqüentemente, no crescimento das matrículas e no acesso a isenções fiscais.

A evolução do número de matrículas (base de alunos), conforme apresentada nos relatórios da YUDQS, evidencia uma transformação na composição dessa base, impulsionada pelo expressivo crescimento da modalidade de educação a distância (EaD), enquanto a modalidade presencial passou a enfrentar maiores desafios, especialmente em razão da redução da base vinculada ao Fies. A Tabela 3, a seguir, apresenta a estrutura da base de graduação.

**Tabela 3 - Estrutura da Base de Graduação YUDQS (2019-2025)**

Período	Graduação Total (mil)	Presencial Total (mil)	Ensino a Distância (mil)	Premium Graduação (mil)
1T19	482	292,5	189,6	N/A
3T20	649,2	309,4	339,8	5,3 (Medicina)
2021	730,1 (Aprox.)	276,8	432,8	11,3 (Aprox.)
1T21	619,5 (Estácio + Uniletoledo)	286	322,3	11,2
1T24	831	274	541,5	15
1T25	849	307,7	523,8	17,2

Fonte: Dados extraídos dos relatórios trimestrais de prestação de contas da holding (2019-2025).

A partir do primeiro trimestre de 2021, a Companhia passou a adotar uma nova forma de divulgação da base discente, segmentando-a em três categorias: Presencial (graduação presencial e semipresencial, excluídos os cursos premium), Ensino Digital (graduação EaD 100% digital e EaD Flex) e Premium (Medicina e Ibmec). Analisando o número de matrículas apenas em cursos de graduação, das instituições vinculadas a YDUQS, observa-se que no primeiro trimestre de 2019 (primeiro relatório analisado) o número de matrículas na graduação presencial era um pouco mais de 292 mil alunos enquanto que no ensino a distância estava em torno de 189 mil alunos. A partir do terceiro trimestre de 2020, o número de matrículas na modalidade EAD (339,8 mil alunos) superou o número de matrículas na modalidade presencial (309,4 mil alunos) chegando a dobrar no final do primeiro trimestre de 2024. A partir desses dados é possível inferir que, no período analisado, a EaD é o modelo de maior crescimento e

retorno financeiro. O projeto de educação encabeçado por esses grandes oligopólios está sendo transformada em um produto digital padronizado (Ferrarez, 2021). O uso intensivo de tecnologia, tais como plataformas online, softwares e materiais digitais permite que as empresas reduzam custos e “industrializem” o ensino, criando conteúdos e processos escaláveis (Abrahão, 2022).

Essa forma de pensar a educação não fica apenas no campo da EaD; no ensino presencial, também existe um movimento de precarização dessa modalidade pelo viés tecnicista. Um exemplo disso pode ser observado, especialmente nos cursos presenciais, inicialmente com a separação do segmento premium e posterior mudança dos demais cursos para o que a companhia denominou “Semipresencial” ou “Flex presencial”. Ao analisarmos o número de matrículas na modalidade 100% presencial, percebe-se a tendência de queda, porém com um importante adendo, o fomento a cursos semipresencial ou flex presencial. A diferença fundamental entre o EaD (100% digital e EaD flex) e o ensino presencial (100% presencial e Flex presencial, excluído o setor premium) de acordo com os relatórios, reside na carga horária presencial/local de oferta e na classificação na estrutura da Companhia. Em essência, enquanto o EaD Flex é um curso digital que exige momentos presenciais para laboratórios ou atividades específicas, o Semipresencial (sob o Modelo Aura) é um curso presencial tradicionalmente estruturado que incorpora uma carga horária digital (cerca de 40% das aulas são *online*, conforme o Aura) para potencializar o lucro por meio da plataformização.

A *holding* analisada, tanto sob o aspecto da reestruturação quanto da captação da base de alunos, se relaciona diretamente com o terceiro aspecto que nos propomos a analisar: a dimensão financeira, a partir dos incentivos fiscais em nível federal. Assim, as reestruturações, mais do que simplificar e unificar as controladas ou aumentar a base de alunos, possibilitam maior acesso a incentivos como o ProUni, que se traduz em isenções fiscais para as controladas da Companhia. Segundo menciona a própria *holding*, a isenção resultante do ProUni não pode ser distribuída aos sócios e deve ser destinada à reserva de lucro (Yduqs, 2025).

Assim como ocorre com a Cogna, as controladas da YDUQS que aderiram ao ProUni usufruem de isenção de diversos tributos federais durante o período de vigência do termo de adesão, entre os quais se destacam: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS). A Tabela 4, a seguir, apresenta os valores consolidados dos benefícios fiscais obtidos via ProUni.

**Tabela 4 - Cálculo do incentivo fiscal ProUni - YUDQS (2019-2024)**

Ano	Incentivo Fiscal – PROUNI (R\$ Mil)	Valor em Reais (R\$)	Fontes
2019	227.908	R\$ 227.908.000,00	(Relatórios 2019)
2020	77.006	R\$ 77.006.000,00	(Relatórios 2020)
2021	133.135	R\$ 133.135.000,00	(Relatórios 2021)
2022	144.016	R\$ 144.016.000,00	(Relatórios 2022)
2023	216.804	R\$ 216.804.000,00	(Relatórios 2023)
2024	238.207	R\$ 238.207.000,00	(Relatórios 2024)

Fonte: Dados extraídos dos relatórios trimestrais de prestação de contas da *holding* (2019-2024).

Os relatórios financeiros da Companhia reportam anualmente o Incentivo Fiscal ProUni em milhares de reais (R\$ Mil). O valor total do Incentivo Fiscal acumulado pelas controladas da YDUQS entre 2019 e 2024 foi de R\$ 1.037.076.000 (um bilhão, trinta e sete milhões e setenta e seis mil reais).

Esses dados evidenciam o papel contraditório do Estado: em vez de fortalecer a educação pública, ele financia e incentiva a mercantilização do ensino superior. Segundo argumentado por Reis (2019), programas de financiamento, como o ProUni, embora ampliem o acesso ao ensino superior, funcionam como uma injeção de dinheiro público que garante a lucratividade e a liquidez das instituições privadas.

Ademais, esse grande volume de incentivos fiscais direcionados às corporações educacionais privadas, não apenas garante a continuidade da expansão dessas empresas, mas também fortalece sua posição de mercado, contribuindo para a oligopolização do setor educacional. Portanto, enquanto o ProUni oferece benefícios fiscais consideráveis, ele também permite que as grandes instituições privadas se beneficiem do financiamento público, sem que isso se traduza necessariamente em uma melhoria significativa na qualidade da educação oferecida.

## Considerações finais

Os estudos indicam um avanço acelerado das matrículas em Educação a Distância no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas, fenômeno associado às imbricações entre Estado e mercado mediadas pelas especificidades do capitalismo periférico e dependente. Esse movimento deve ser compreendido à luz das transformações recentes da estrutura produtiva nacional, marcadas pela retração do setor industrial e pela crescente tecnificação do complexo de commodities, processos que reduzem a demanda por força de trabalho e intensificam a busca

do capital por novos espaços de valorização no setor de serviços. Desse modo, a financeirização das políticas sociais, operacionalizada por dispositivos normativos e econômicos, expressa a hegemonia das finanças e do rentismo na extração de mais-valor.

A expansão do mercado educacional, particularmente por meio da EaD, consolida-se como uma forma sofisticada de acumulação, favorecida pelas tecnologias de dados e comunicação e pela atuação do Estado na ampliação da cobertura educacional com redução de custos. Tal processo articula-se às feições do capitalismo contemporâneo, caracterizado pela compressão do tempo e do espaço na produção de valor, pela recorrência de crises estruturais e pela incorporação de formas de trabalho cada vez mais precarizadas e intensificadas, que funcionam como mediações centrais dessa dinâmica.

As análises desenvolvidas acerca da atuação das *holdings* Cogna Educação e YDUQS evidenciam que a expansão da EaD no ensino superior privado no Brasil não se configura apenas como um fenômeno pedagógico ou como expressão de uma suposta “democratização do acesso”, mas como uma manifestação estruturada da financeirização da educação, apresentada e legitimada sob a forma de política estatal. Em ambas as corporações, a reprodução ampliada do capital ocorre por meio da combinação entre estratégias empresariais e mediações institucionais do Estado, nas quais aquisições, consolidação societária e reestruturação de controladas são articuladas a instrumentos de política pública, como incentivos fiscais e programas de acesso, a exemplo do ProUni. Esse arranjo permite ampliar a base de estudantes, otimizar retornos financeiros e converter recursos do fundo público em mecanismos de valorização privada do capital, ao mesmo tempo em que tais operações são discursivamente enquadradas como ações de ampliação da cobertura educacional e de atendimento ao interesse público.

A predominância da modalidade em EaD sobre o ensino presencial revela a lógica de industrialização do ensino, tornada possível pela expansão das redes de acesso à internet, pelo desenvolvimento de tecnologias digitais cada vez mais sofisticadas e pela difusão de plataformas educacionais escaláveis, nas quais conteúdos padronizados e formatos semipresenciais permitem a redução de custos operacionais, a precarização do trabalho docente e a maximização da extração de mais-valor. Ao mesmo tempo, o encolhimento do ensino presencial e a segmentação de ofertas premium evidenciam contradições internas desse modelo, pois, embora ampliem a lucratividade, configuram uma forma de ensino menos universal e mais seletiva, tensionando a função social da educação tal como concebida em uma perspectiva democrática e emancipatória, ainda que inscrita no plano normativo, mas continuamente

reconfigurada e limitada pelas políticas e práticas do Estado neoliberal, cujo entendimento de democracia é restrito e atravessado por disputas no interior das forças que o compõem.

Portanto, a atuação dessas grandes corporações exemplifica como a educação superior, especialmente via EaD, se converte em um dispositivo de reprodução ampliada do capital financeiro. Ao mesmo tempo, as contradições observadas, entre expansão digital, desigualdades de acesso e dependência de incentivos estatais, indicam que esse fenômeno é complexo, dinâmico e historicamente condicionado. Assim, o debate sobre essas interações e seus impactos sociais deve ser aprofundado em estudos futuros, a fim de compreender de forma mais detalhada os limites, efeitos e as implicações da mercantilização e da financeirização da educação superior brasileira.

## Referências

ABRAHÃO, Sandhro Luiz de Almeida. **A particularidade da financeirização no Brasil e a sua relação com a expansão da modalidade EaD na educação superior via setor privado com fins lucrativos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13657203](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13657203). Acesso em: 01 set. 2025.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba. **Revista Cocar**, Belém, n. 20, p. 1-15, 2023. Edição Especial. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7550>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de; JEZINE, Edineide. A expansão da educação a distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho. **Revista Internacional de Educação Superior (RIESup)**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-25, 2021. Edição Especial. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8659964>. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 maio 2025b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm). Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2024**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha->

[editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-superior-2024-notas-estatisticas](#). Acesso em: 30 nov. 2025.

BLANDY, Beatriz de Azevedo; DOWBOR, Ladislau. Impactos da financeirização da educação brasileira: do Ensino Superior ao Ensino Básico. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1848-1877, out./dez. 2022. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-38762022000401848](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762022000401848). Acesso em: 30 nov. 2025.

BRUNO, Miguel. Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil. **ComCiência**, Campinas, n. 128, maio 2011. Disponível em: [https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000400009&lng=en&nrm=is](https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000400009&lng=en&nrm=is). Acesso em: 30 nov. 2025.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro? In: ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz (Org.). **Crise capitalista no século XXI: um debate marxista**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021. v. 1, p. 121-144.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e postos em causa**. Tradução de Tânia Cristina de Mattos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Ensino Superior no Brasil e a Financeirização da Educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 308-323, ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/18489>. Acesso em: 30 nov. 2025.

COGNA EDUCAÇÃO. **Informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2025**. Belo Horizonte: Cogna Educação S. A., 2025. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

COSTA, Igor Andrade da. **Cursos Superiores de Tecnologia como materialidade do Ensino Superior enxuto e flexível para o trabalho precarizado no Brasil**. 2023. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19980>. Aceso em 22 de ago. 2025.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **Capital financeiro e educação superior no Brasil: adoção estratégica das tecnologias para ascensão e fortalecimento dos conglomerados educacionais**. 2021. 399 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_30c0041b5c591d3537379b18cb2c9df0](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_30c0041b5c591d3537379b18cb2c9df0). Acesso em: 01 set. 2025.

GUIMARÃES, André Rodrigues; ARAÚJO, Rhoberta Santana. Financeirização e educação superior a distância no Brasil: análise da atuação da Unopar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/140176>. Acesso em: 30 nov. 2025.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

REIS, Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional**. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11881>. Aceso em 22 de ago. 2025.

SCUDELER, Marcelo Augusto. **O FIES e as estratégias dos grupos empresariais da educação superior frente à redução dos contratos de financiamento público**. 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16786>. Aceso em 22 de ago. 2025.

SILVA, Rubia Samanta da. **De direito fundamental a serviço privado: diagnóstico do mercado educacional a partir da expansão da educação superior a distância no Alto Uruguai Gaúcho**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim / RS. 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4442> Acesso em 28 de nov. 2025.

SOUSA, Andrea Luciana Harada. **A educação em liquidação: mercantilização, EaD e mutações no trabalho docente no ensino superior privado**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2023. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1378789> Acesso em 28 de nov. 2025.

VIAN, Henrique Caetano. **Território e educação a distância: Financeirização e digitalização do ensino superior privado no Brasil**. 2024. 179 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41269>. Aceso em 22 de ago. 2025.

YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A. **Demonstrações financeiras padronizadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2024**. Rio de Janeiro: Yduqs Participações S.A., 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/> Acesso em: 30 nov. 2025.

### Sobre os autores:

**Rhoberta Santana de Araújo.** Doutora em Educação. Professora Adjunta, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora vinculada às entidades científicas: ANPED, ANPAE, Fineduca e Rede Universitas BR.

Contribuição de autoria: conceitualização, escrita - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7360901793592230>

**Liara das Graças Costa de Medeiros Souza.** Doutoranda em Educação (UFPB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Contribuição de autoria: conceitualização, escrita - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0883749030789886>

**Jailson Batista dos Santos.** Doutorando em Educação (UFPB); Mestrado em Educação (UFPB); Graduação em Pedagogia (UFPB); Graduação em Letras Português (Prominas); Especialização em Docência e Gestão da Educação a Distância (Faculdade Focus).

Contribuição de autoria: conceitualização, escrita - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8624264779448795>

### Como referenciar

RAÚJO, Rhoberta Santana de; SOUZA, Liara das Graças Costa de Medeiros; SANTOS, Jailson Batista dos. A financeirização da educação superior via ead no Brasil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, 2026. DOI: 0.22481/praxisedu.v22i53.18675.